



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2008

Altera o art. 37 para impor que a ocupação de cargos de representação do governo na administração indireta sejam privativos de servidor público ou de empregado público concursados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso
XXIII:

Art. 37.

XXIII A representação do Poder Público federal, estadual, distrital e municipal, ou do respectivo capital, em entidades da administração pública indireta e em quaisquer outras das quais participem, será feita exclusivamente por servidores públicos concursados ou empregados públicos concursados das respectivas estruturas, em exercício há pelo menos cinco anos. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

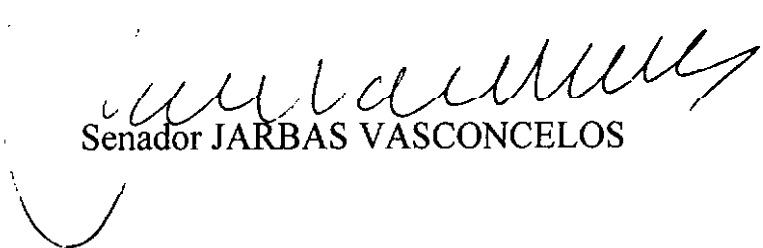
Os quadros do funcionalismo público nacional têm presenciado uma verdadeira invasão de pessoas alheias ao serviço público, os quais estão sendo chamados a representar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades nas quais os interesses dessas entidades federativas, ou os respectivos capitais, devam ser representados.

Com esse feroz desvirtuamento, tais posições estratégicas estão deixando de o ser para se verem reduzidas a recantos de acomodações de interesses pessoais ou partidários, com severas repercussões na efetividade dessa atuação.

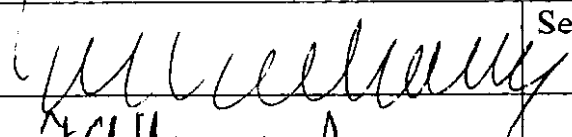
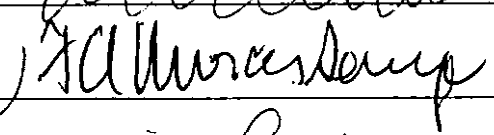
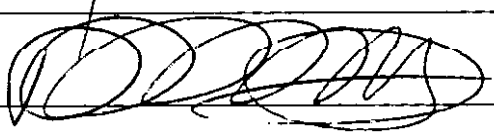
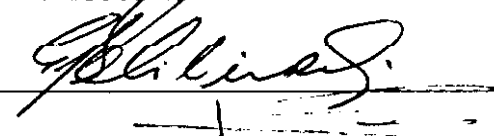
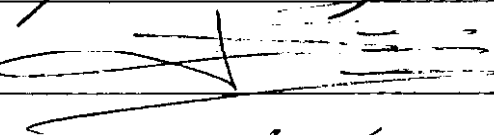
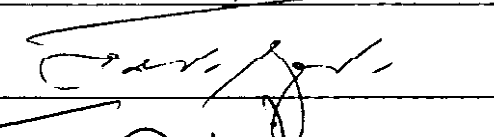
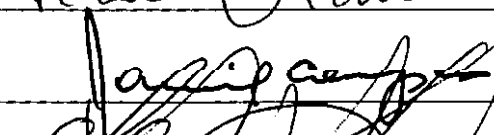
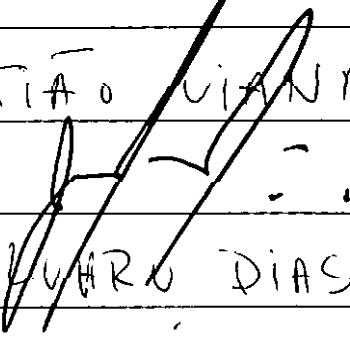
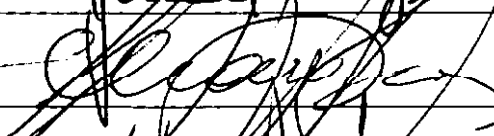
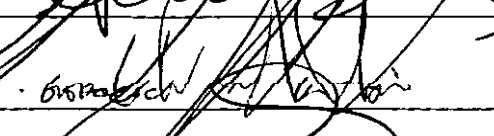
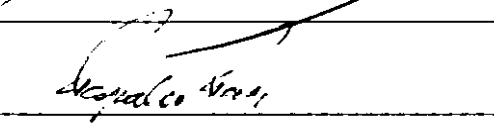
À toda evidência, o grau de conhecimento, eficiência e comprometimento desses agentes é muito menor do que se poderia obter se essas posições fossem reservadas a agentes públicos concursados e com um tempo mínimo de exercício, requisitos que permitiriam a posse de elementos técnicos, administrativos e científicos muito maiores, com mais expressivos resultados na atuação corporativa.

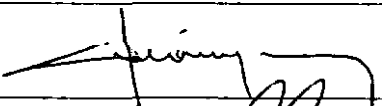
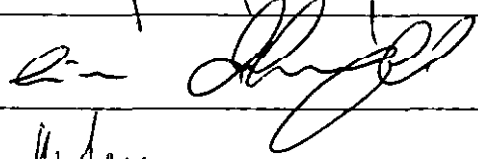
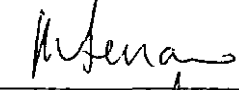
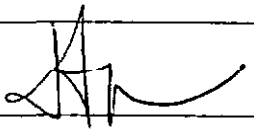
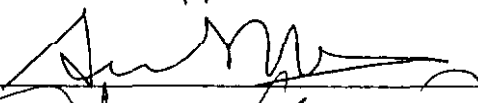
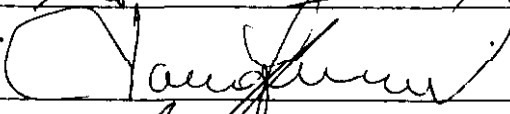
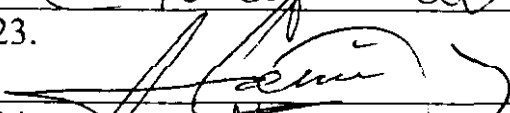
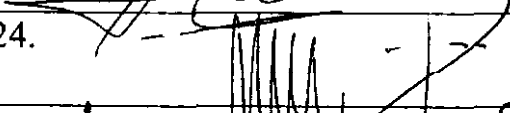
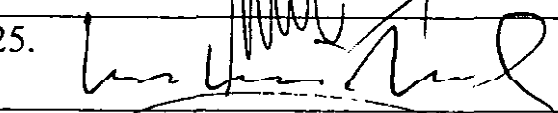
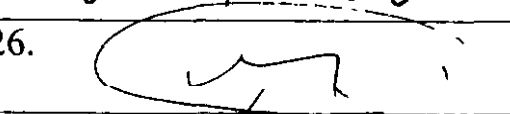
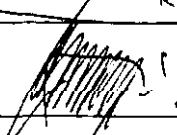
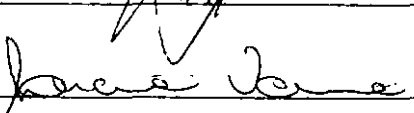
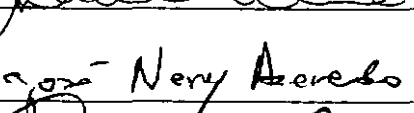
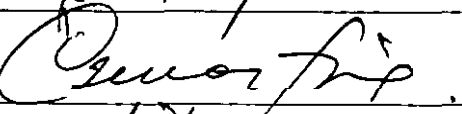
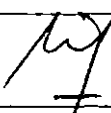
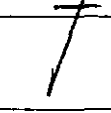
Esta proposição tem esse objetivo, ao condicionar a representação do Poder Público, ou de seu capital, a pessoas concursadas e em atividade efetiva há pelo menos cinco anos.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.



Senador JARBAS VASCONCELOS

1.		Senador JARBAS VASCONCELOS
2.		Mano Anta
3.	Wm Porto	17/11/11
4.		Roberto Bolte
5.	Luiz F.	Christovam.
6.	Siba Machado	SIBA MACHADO
7.		Vitor Pereira
8.		JEFFERSON PERES
9.		EDUARDO APURADO
10.	Via Viana	TIAO VIANA
11.		
12.		ALVARO DIAS
13.		FLEX RIBBIM
14.		HERICITO
15.		Vandrei Vas.
16.	Orlando Virgilio	Arthur Virgilio

17.		EFRAIN MORAIS
18.		ESCOTO LUCENA
19.		Marise Sena
20.		GERALDO MESQUITA JR
21.		Jorgio Fuen
22.		J. Sereisati
23.		Adefoni Faurque
24.		Expedito Gomes
25.		(MARCO MEIBEL)
26.		CAMATA
27.		VALDIR RUPP
28.		Juana Iama
29.		JOSÉ NERY
30.		ESMAR DIAS
31.		OLYMPE
32.		
33.		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 28/02/2008

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10741/2008)